

A VIOLÊNCIA NA ESCOLA E OS CAMINHOS DA NEGOCIAÇÃO E REPRESSÃO

BOTH, Laura Garbini – UNIBRASIL-PR
laura.both@unibrasil.com.br

Área Temática: Fatores, manifestações e relações sociais no espaço escolar
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

A socialização é o processo pelo qual cada indivíduo é integrado, não sem conflitos, em uma dada sociedade. E a escola é, antes de tudo, um espaço de socialização mediado por relações que expressam valores, normas e regras, constituintes e constituídas pelo/do mundo social. Assim, as estratégias e escolhas concretas no tratamento e resolução dos conflitos no ambiente escolar, sejam elas negociadas e/ou repressivas, denotam sentidos e significados sociais e culturais atribuídos a essas ações pelos agentes envolvidos, especialmente os professores. Este trabalho tem como objetivo problematizar - a partir da literatura sobre o tema (E.Durkheim, P. Bourdieu, N. Elias, M. Foucault, C. Establet, R.Baudelot, S. Bova), de dados preliminares coletados e entrevistas realizadas – uma forma de resolução de conflitos (classificados, via de regra, como “violência”) bastante recorrente na última década nas escolas da rede estadual do Paraná que é a atuação da *Patrulha Escolar*, constituída no ano de 1994, e que desenvolve atividades de patrulhamento motorizado e de permanência em escolas de “maior potencial de risco”, complementando essa ação com visitas “programadas” aos estabelecimentos de ensino com a finalidade de ampliar a “sensação de segurança” e “proteção” às crianças e adolescentes. A intenção é fornecer subsídios para uma reflexão, balizada por parâmetros acadêmicos, acerca do entendimento que os professores da rede estadual fazem da atuação da polícia (instituição repressiva) na escola (instituição socializadora) para, a partir dos resultados, articular essa apreensão à sua prática profissional cotidiana e formação.

Palavras-chave: Socialização; Escola; Violência; Repressão.

Introdução

A violência na sociedade brasileira contemporânea é, mais do que um fato, um tema dos mais recorrentes e relevantes tanto no âmbito da sociedade civil, quanto no âmbito das políticas públicas, como atestam especialmente as pesquisas e as notícias veiculadas na mídia, a exemplo das citadas a seguir. A “gestão” da violência, constitutiva das formas de controle social, também tem sido objeto de discussões, questionamentos e – principalmente – refinamento na sua operacionalização concreta. Senão vejamos:

Briga de jovens acaba em confusão com a polícia e pais de alunos

A mãe de um aluno - e mais um rapaz de 18 anos - foram presos e quatro estudantes apreendidos pela polícia depois de uma briga entre dois jovens no Colégio Estadual Guilherme Maranhão, no Jardim da Ordem, situado no bairro Tatuquara, em Curitiba. Pais e alunos fecharam as ruas que dão acesso ao colégio para protestar contra a ação da polícia. Por conta da confusão, as aulas foram suspensas. A briga entre os jovens teria começado na manhã desta quarta-feira, por volta de 11h. Segundo reportagem do Paraná TV, a Patrulha Escolar foi chamada para apaziguar os ânimos, mas o tumulto começou justamente com a chegada dos policiais. Um aluno, que prefere não se identificar, disse, em entrevista ao telejornal, que os policiais entraram no colégio armados e ameaçando que iam atirar. "Eles chegaram gritando mandando todo mundo entrar na sala. Eles estavam com cacete, as coisas de choque e uma 12 (arma) engatilhada ameaçando atirar", conta. "Eles chegaram batendo em todo mundo aí", relata uma mãe de um aluno. A polícia, entretanto, também foi vítima de violência dos estudantes. Alguns alunos, com pedras, teriam quebrado o vidro de uma viatura da polícia, o que gerou mais tensão. (*Gazeta do Povo On Line*, 28/03/2007)

Confusão generalizada em colégio no Tatuquara

A briga entre duas alunas da Escola Estadual Desembargador Guilherme de Albuquerque Maranhão, Jardim da Ordem, no Tatuquara, resultou em confusão generalizada na manhã de ontem. Alunos agredidos pela Polícia Militar, viatura apedrejada e protestos em várias partes da vila. Três adolescentes foram detidos e uma mulher, mãe de um aluno brigão, foi encaminhada para o 13.º Distrito Policial.

Nas ruas da Vila da Ordem, várias barreiras feitas de galhos, tijolos e pneus queimados impediam o trânsito de veículos. A população protestou contra a ação policial. Segundo moradores que se concentravam na frente da escola durante a tarde, a PM agiu de forma truculenta e agressiva. "De forma alguma eles poderiam ter invadido a escola com armas em punho. Isso é uma escola e não um presídio", disse a moradora Lucia Libório da Silva. Ela contou que a sua filha, uma adolescente de 17 anos, no empurra-empurra, teve os óculos de grau quebrados. "Ela não quer mais saber de vir para a escola", completou.

O morador Nelson Lourenço dos Santos disse que estava dentro da escola na hora da confusão e viu dois policiais conversando com os professores. O assunto, segundo ele, era a briga entre duas garotas, ocorrida durante a semana, em um bosque, próximo à escola. "Estava tudo bem até que outros dois policiais entraram na escola. Um menino de 13 anos foi agredido com socos e pontapés pelos policiais", contou o pai de um aluno.

Nelson disse ainda que o reforço foi chamado e outros policiais entraram na escola agredindo todos. "Duas mulheres grávidas foram agredidas, inclusive há suspeita que uma delas perdeu o bebê", completou.

Uma professora da escola, que não quis ser identificada, disse que a escola está isenta da confusão. Segundo ela, o problema é um conflito entre comunidade e Polícia Militar. "Os policiais estavam conversando para tentar resolver um problema. A garota envolvida na confusão chamou outras pessoas de uma gangue e quebraram a viatura", explicou.

(*O Estado do Paraná On Line* – 29/03/2007)

Depoimento

“A Patrulha Escolar chegou, de manhã em uma sala de 8ª.série na qual eu estava dando aula. Muito educadamente o policial interrompeu a aula e anunciou que iria revistar todos os alunos pois havia uma denúncia de que um aluno estava portando drogas. Os alunos se mantiveram sentados, e em silêncio diante da ordem do policial. Enquanto ele vigiava , um outro policial ia pedindo para que cada um dos alunos e alunas retirassem todos os objetos das mochilas e bolsas, além de revistar os meninos, mandando tirar tênis e meias. Os alunos começavam a rir dos pertences que cada um tinha que expor para o policial : das mochilas saíram tênis, uniforme de futebol, cueca, absorvente higiênico, desodorantes, bolachas e cigarro de tabaco (única “droga” achada). Enquanto ia averiguando os alunos o policial tecia comentários para o aluno, para a aluna acerca da roupa larga demais ou curta demais que cada um estava usando. Dizia que se os meninos não se arrumassem melhor, se continuassem deixando a calça caída nunca iriam arrumar emprego e as meninas que continuassem usando a blusa curta nunca teriam o respeito dos outros. A revista aos alunos durou mais de 30 minutos e depois foram embora sem levar ninguém, e eu continuei a aula. Eu não fui revistada.”(*Professora L. Setembro/2006*)

Volta às aulas e o retorno da Patrulha Escolar

Com a volta as aulas a Patrulha Escolar de Cornélio Procópio retoma seu trabalhos nas escolas estaduais e o desenvolvimento de atividades educacionais.

O tenente Saldanha, comandante do 3º Pelotão da 4ª Companhia do Batalhão da Patrulha Escolar, destaca que os policia militares da patrulha durante as férias dos alunos, estiveram realizando diversos tipos de instruções, durante o 5º Encontro da Patrulha Escolar Comunitária do Estado do Paraná, em Faxinal do Céu, com a participação de 600 policiais e 150 professores da rede estadual de ensino.

Saldanha admite que esse encontro motivou a Patrulha Escolar a rever alguns conceitos, melhorando a qualidade do serviço. Ele destaca ainda que apenas 2% das atividades são repressivas na cidade, ou seja, que geram o encaminhamento para a delegacia. (*Estado On Line- Jan/2007*)

A ação policial - meio de controle social- tem sido intensificada quantitativamente e qualitativamente, incorporando, inclusive, novos propósitos e novos formatos de atuação, vide a chamada “polícia comunitária”. A intervenção no ambiente escolar é uma dessas formas de atuação e se efetivou de tal maneira que, no caso do estado do Paraná, ganhou até uma divisão corporativa e estatutária chamada *Patrulha Escolar*.

A *Patrulha Escolar do Paraná* foi constituída no ano de 1994, inicialmente por duplas de policiais militares femininas (atualmente a maior parte do efetivo é masculino) que desenvolviam as suas atividades através de patrulhamento motorizado e de permanência em escolas de “maior potencial de risco”, complementando essa ação com visitas “programadas” aos estabelecimentos de ensino com a finalidade de ampliar a “sensação de segurança” e “proteção” às crianças e adolescentes que então frequentavam as escolas da rede estadual de

ensino. Como divisão da Polícia Militar, a *Patrulha Escolar* se apresenta com o dever de atuar precipuamente na prevenção e supletivamente, de forma *ostensiva*, na repressão a crimes e atos infracionais no ambiente escolar (entorno e interior do espaço físico da escola), participando cotidianamente da rotina de vários estabelecimentos escolares do estado.

O objetivo deste trabalho é justamente problematizar a natureza da ação da Patrulha Escolar nas escolas estaduais do Paraná e suas consequências na prática educacional cotidiana, especialmente, na prática docente. Mais especificamente, o objetivo é discutir a compreensão das distinções conceituais, operadas na prática, dessa ação policial que, aparentemente, se apresenta como expressão de política de educação, mas que - pelo seu caráter e função - exerce também papel na “gestão” da violência, mediando pela via da *criminalização*, relações que na sua essência deveriam se constituir em bases pedagógicas/educacionais, interferindo e até transformando o cotidiano escolar e consequentemente a prática docente. Para tanto, se faz necessária uma aproximação analítica da prática policial, entendida em toda sua complexidade e variadas nuances de intenção e concretização, assim como, da prática educacional e docente, para compreender qual o sentido e o significado atribuído pelos agentes envolvidos no cotidiano escolar a essa forma de ação/intervenção pois, certamente, essa percepção/representação informa e orienta encaminhamentos teóricos, metodológicos e didáticos que compõem a rotina escolar.

A especificidade da educação escolar

A partir desse quadro, se justificam pesquisas que procurem investigar, descrever e analisar os fatores estruturais e conjunturais, relacionais e situacionais, de sentido e significado que determinam e/ou contribuem para a ocorrência dessa ação/intervenção, assim como da sua recepção, aparentemente ambígua e contraditória, pois, em que pese compartilhem características comuns, ou seja, ambas são instituições de controle social, além de disciplinadoras, escola e polícia diferem – ou deveriam diferir- fundamentalmente nos seus objetivos (socialização a primeira e repressão ao crime a segunda) e, mais particularmente, diferem no tipo e no agenciamento dos seus métodos e práticas.

A escola é um ambiente (público ou privado) no qual é ministrado, de forma sistematizada, o ensino coletivo, que visa - de acordo com o Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - desenvolver e preparar o educando para o exercício da

cidadania além de qualificá-lo para o mundo do trabalho. Portanto, a escola pode ser compreendida de forma bastante ampla como uma instituição social, ou melhor, como uma expressão institucionalizada e concreta da ação/relação social estabelecida, com todos os elementos que constituem essa dimensão da organização da sociedade: expectativas normativas, valores que são normatizados, condições reais de concretização das normas, motivação dos agentes que operam nesse contexto institucional específico.

Nas sociedades ocidentais contemporâneas em geral e na sociedade brasileira em particular, a escola tem tido visibilidade como uma instância fundamental na gestão dos conflitos sociais, tal é a quantidade de pessoas que agrega - daí, sua importância social e política - e que, aciona métodos específicos e particulares para realizá-lo. Controlar com força policial e criminalizar o ambiente escolar expressa claramente uma ambiguidade tanto em relação à concepção de educação quanto à concepção de gestão da violência e de segurança pública. Evidentemente esta situação gera consequências na prática docente em virtude da relevância fundamental desse papel social.

Para dar densidade a uma pesquisa acerca das consequências pedagógicas na prática docente da ação policial na escola, se fazem urgentes estudos que mapeiem a especificidade da atuação policial nesse ambiente em particular; estudos que proponham investigar qual o propósito e como se articula em termos de logística institucional e política a ação policial nesse ambiente específico. É necessário procurar desvendar os termos que orientam as práticas constitutivas dessa ação/intervenção e como isso se desdobra da legislação educacional e na formulação e implementação das políticas públicas de educação, nos PPP's (Planos Político- Pedagógicos), na formação e capacitação docente, na relação professor-aluno, na escolha e condução dos conteúdos e métodos didático-pedagógicos, enfim, na qualidade das relações sociais construídas no ambiente escolar.

A disciplina, o processo de civilização e a dimensão simbólica da ordem social

Para Eyng, Gisi e Ens (2007) uma política educacional só pode ser compreendida no contexto da sociedade na qual ela se insere. O mesmo poderia ser afirmado no que concerne à política de controle social (de segurança e de gestão da violência). Reiteram as autoras que, nessa perspectiva, é preciso situar a política educacional no contexto sócio-econômico vigente na busca da compreensão da repercussão deste contexto no papel do Estado e, por extensão, na formulação das políticas públicas. Igualmente é preciso compreender como o contexto

social, econômico, histórico, político e cultural que configura o papel do Estado e da formulação e implementação de políticas públicas, repercute no cotidiano das relações que constituem as instituições sociais, cada uma com as suas peculiaridades.

De acordo com Boudon e Bourricaud (1993), foi Durkheim o inspirador dos primeiros pensadores que procuraram dar à palavra instituição um sentido preciso. Parafraseando o grande pensador francês, afirmam os autores que as instituições são maneiras de fazer, de sentir e de pensar ‘cristalizadas’, quase constantes, socialmente coercitivas e distintivas de um grupo social dado. Neste sentido, a escola (e o ambiente que é sua concretização) é uma instituição social. No entanto, é uma instituição social peculiar, ou seja, uma unidade de um sistema social orientada simultaneamente por normas e pela interação de uma pluralidade de pessoas que assimilam e internalizam - não sem conflito- esse conjunto de normas específicas. O próprio Durkheim explicita claramente o papel da educação não só no processo de socialização, mas também e essencialmente na constituição e manutenção do tecido social:

A sociedade não poderia existir sem que houvesse em seus membros certa homogeneidade: a educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando de antemão na alma da criança certas similitudes essenciais, reclamadas pela vida coletiva. Por outro lado, sem uma tal ou qual diversificação, toda cooperação seria impossível: a educação assegura a persistência desta diversidade necessária, diversificando-se ela mesma e permitindo as especializações (DURKHEIM, 2007).

Em uma crítica a essa concepção, ESTABLET e BAUDELOT (1979) afirmam que a escola no mundo ocidental contemporâneo é concebida como uma instituição reprodutora da ideologia capitalista, uma vez que universaliza interesses particulares de uma classe, pois tudo o que acontece dentro da escola só pode ser explicado através do que ocorre fora dos muros escolares, isto é, pela divisão capitalista do trabalho. É justamente nesse contexto sócio-histórico, resguardadas as particularidades conjunturais, que a polícia (no caso das escolas públicas do Paraná, a *Patrulha Escolar*) atua na mediação dos conflitos. Ao analisar a ação policial BOVA afirma que:

A polícia exerce uma função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa a pôr em ação a limitação que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública, em suas várias manifestações: da segurança das pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais (BOVA In: BOBBIO, 1995, p.937).

Na concepção desse autor, esse estado de coisas demonstra que a defesa da ordem pública exprime a repressão de todas as manifestações que possam mudar as relações político-econômicas estabelecidas entre as classes sociais, fato que, no contexto contemporâneo ocidental, caracterizado por uma evidente divisão de classes, faz com que a defesa dos bens da população se reduza à tutela das classes possuidoras de bens. Concebida desta forma e por ser uma atividade orientada a consolidar a ordem pública, a ação policial se resume – conforme essa perspectiva - na defesa de grupos ou classes particulares, consolidando na realidade social o estado de relações de força entre classes e grupos sociais. Considerando que a *Patrulha Escolar* atua efetivamente e quase que exclusivamente no âmbito da escola pública esta é uma inferência relevante na análise a ser elaborada, como bem expressam (a seguir) os posicionamentos das instâncias governamentais “guardiãs” da ordem (Polícia Militar do Paraná) e da educação (Secretaria Estadual da Educação).

Em documento doutrinário assinado pelo Cel. PANCOTTI, comandante geral da Polícia Militar do Paraná na época da constituição da *Patrulha Escolar* (1994), é direito e dever dessa divisão:

Atender as solicitações dos senhores diretores de entidades de ensino, exercendo o patrulhamento no âmbito das respectivas escolas , encetando as diligências necessárias no sentido de coibir a prática de atos ilícitos , inclusive, procedendo a revista pessoal , recomendando-se apenas que, toda e qualquer atividade , em face da particular condição do público-alvo , seres em formação, seja exercida com a cautela e parcimônia possível , evitando-se procedimentos que possam causar situações vexatórias ou de constrangimento injustificado.

Para a Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED), órgão máximo responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas de educação, a *Patrulha Escolar* é descrita como uma alternativa “inteligente” que a Polícia Militar encontrou para assessorar as comunidades escolares na busca de soluções para os problemas de segurança nas escolas. Esses “problemas”, detectados e avaliados pela própria SEED, são comumente conseqüências – no ambiente especificamente escolar - de instalações físicas inadequadas ao grande número de alunos que as escolas acolhem; do número baixo de profissionais envolvidos no processo educativo, disponíveis para atender a comunidade e preservar a segurança; da falta de acomodação e controle de alunos “em espera”; da distância social e

afetiva entre educadores, educandos, família e administradores; de atitudes isoladas de muitos segmentos em busca de soluções, algumas efetivas e outras não, para seus urgentes e emergentes problemas; da escola como arena de conflitos interpessoais e intergrupais. Outros tantos problemas – não relacionados pela SEED - poderiam ser enumerados como expressões concretas, em síntese, da desigualdade que estrutura a sociedade brasileira. A realidade explicitada por esses problemas citados leva a ocorrências de vulto no ambiente escolar: agressões de variadas intensidades e conseqüências (mortes inclusive) nas imediações e dentro dos estabelecimentos de ensino que, quando não administrados de forma efetiva, levam ao “sentimento” de insegurança e a acontecimentos que demonstram a violência como forma de resolução de conflitos que estão sendo, via de regra, geridos pela polícia.

Por conta desse cenário, a Polícia Militar do Paraná e a Secretaria de Estado da Educação uniram-se com o objetivo de equacionar (a seu modo) estes problemas. No mesmo documento, já citado, assinado pelo Cel. PANCOTTI, lê-se que:

Cabe aos educadores a formação e instrução dos cidadãos. A Polícia Militar do Paraná é a instituição estadual mais especializada em questões de segurança. Deste conhecimento, nasceu a Patrulha Escolar Comunitária que visa assessorar estabelecimentos de ensino para restabelecer e manter a ordem e a segurança.

Portanto, parece haver indicações de que essas ações/intervenções policiais no ambiente escolar apresentam-se como constitutivas de políticas públicas tanto de segurança quanto de educação, voltadas essencialmente para as escolas públicas, que abrigam nas suas salas e corredores a maioria da população escolar de baixa renda.

Pelo exposto, pode-se constatar o tênue limite das ações empreendidas por uma instituição (policial) que opera com o monopólio legítimo da violência em outra instituição (educacional) que agencia a socialização. A ação cotidiana da *Patrulha Escolar* engendra, ao mesmo tempo, dimensões disciplinadoras e civilizatórias, operacionalizadas tanto pela violência física, quanto pela violência simbólica, pois ao usufruir o estatuto da legitimidade não possibilita a revelação das relações que regem as suas ações. Para BOURDIEU (2001) o poder simbólico só se exerce com a “colaboração” dos que lhe estão sujeitos, porque os mesmos contribuem para construí-lo. No entanto, alerta o autor, essa cumplicidade não é concedida por um ato conscientemente deliberado, pois ela própria é o efeito de um poder que

se inscreve duravelmente nas relações entre dominantes e dominados sob a forma de esquemas de percepções, disposições e prescrições.

Assim, à prática disciplinadora própria do campo da educação escolar é incorporada à prática policial, acrescida da forma de gerir os conflitos, específica desta última: a oscilação entre a repressão física e a repressão psicológica, entre o castigo como espetáculo e o castigo como vigilância. Isto se concretiza de modo cabal no ambiente escolar, com todas as suas nuances e complexidades: os corpos dóceis que têm controladas suas atividades e o bom adestramento através da vigilância hierárquica e da sanção normalizadora. Para FOUCAULT (1987) a primeira das grandes operações da disciplina é a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões nomeadas de “confusas”, “inúteis” ou “perigosas” em multiplicidades organizadas.

Ao identificar como atribuição intencional da corporação policial a orientação dos bons modos e das boas maneiras aos alunos - prática comum nas intervenções, inclusive expondo os mesmos à vergonha e ao escárnio dos colegas – tomando o lugar de outros mediadores, como os docentes, por exemplo, a *Patrulha Escolar*, de certa forma, se investe de um caráter civilizador que, em síntese, justifica a disciplina imposta (que criminaliza). Segundo ELIAS (1993), nas sociedades cujo monopólio da força é estável, o indivíduo:

É protegido principalmente contra ataques súbitos, contra a irrupção da violência física em sua vida. Mas, ao mesmo tempo, é forçado a reprimir em si qualquer impulso emocional para atacar fisicamente outra pessoa. As demais formas de compulsão que, nesse momento prevalecem nos espaços sociais pacificados modelam na mesma direção a conduta e os impulsos afetivos do indivíduo.

Assim, podem-se depreender as ambigüidades das práticas empreendidas por uma instituição que, dentre outras, tem a atribuição da gestão da violência e que, investida da obrigação de vigiar e punir desenrola um processo civilizador a custas de formas de violência simbólica e/ou física. As ações da *Patrulha Escolar* no ambiente escolar, pelo modo como são gestadas e geridas, materializam ao mesmo tempo concepções de educação e de violência, sem deixar muito claro quais são os atributos, os objetivos, os parâmetros e os limites de cada uma. Todo esse estado de coisas gera conseqüências diretas nas relações estabelecidas no ambiente escolar, especialmente através da construção de representações que orientam

práticas. Imprescindíveis mediadores dessas relações são os docentes, daí a relevância de se ater às suas práticas como foco da análise.

Conclusão

É comum associar-se violência ao conflito, quando não confundi-los. O conflito, existente em todas as sociedades, grupos e culturas, é condição de existência da diversidade, uma vez que o consenso nunca é absoluto e eterno em todos os tempos e lugares. O foco desta questão deve ser o tratamento dado à resolução dos conflitos: o uso da violência física e/ou simbólica, repressiva por sua natureza, pode ser um encaminhamento. A garantia da construção da negociação dialogada, comprometida, que garante a autonomia e responsabilidade dos sujeitos envolvidos, pode ser outro.

Compreender o conflito também como expressão de sociabilidade propicia uma real socialização para o convívio com as diferenças ou a transformação democrática das mesmas, através do desenvolvimento de regras de conduta e meios específicos de expressão das divergências e dos interesses opostos, enfim, da construção de limites para o uso da violência como forma de resolução. Ou seja, cria-se espaços para a construção de comportamentos socializados no próprio embate, engendrando a partir do próprio conflito, a regulação social, por intermédio da invenção de normas e regras justas e comuns às partes em causa. Assim, considerando a gestão do conflito como parte do processo de socialização no qual o indivíduo/aluno se integra no grupo, adquirindo hábitos e valores característicos deste e desenvolve a sua personalidade vivenciando um processo fundamental - não apenas para a sua integração - a partir da apropriação de comportamentos e atitudes, modelando-os por valores, crenças, normas dessa cultura/grupo no qual está inserido, tem-se a dimensão da importância do papel da escola no protagonismo dessas relações.

A escola nas sociedades ocidentais contemporâneas, tem tido visibilidade como uma instância fundamental na gestão dos conflitos sociais, tal é a quantidade de pessoas que agrega em seu entorno, além da sua importância social e política. No entanto, esta esfera da dimensão social aciona métodos específicos e particulares para realizá-lo, em princípio, baseadas na negociação democrática e de respeito à diversidade. Controlar com força policial, quando não criminalizar o ambiente escolar expressa claramente uma ambiguidade tanto uma concepção de educação quanto uma concepção de gestão da violência. Dar visibilidade aos interstícios que configuram essa ambiguidade é tarefa urgente no contexto educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOUDIN, R. & BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.
- BOVA, S. *In*: BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: Unb, 1999.
- DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Vol.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ESTABLET, C. & BAUDELLOT, R. **L'école primaire...un dossier**. Paris: Maspero, 1990.
- EYNG, A M; GISI, M.L. e ENS, R.T. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 7, n. 21, p.213-223, maio./ago. 2007.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 31^a.edição. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. ____Disponível em <<http://sportalseed01.pr.gov.br>>. Acessado em 14 de agosto de 2008.
- POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Disponível em <<http://www.pmpr.pr.gov.br>>./ Acessado em 14 de agosto de 2008.
- GAZETA DO POVO. Disponível em <<http://gazetadopovoonline.com.br>>./28/03/2007.